

1

Ata da 17ª Audiência Pública, sobre a Lei de Diretrizes Orçamentária e demonstração, avaliação das Metas Fiscais do 1º quadrimestre.

Aos 22 (vinte e dois) dias, do mês de maio, do ano de 2012 (dois mil e doze), às 17:00 horas, no auditório da Câmara Municipal de Barra do Garças, sob a Presidência do Vereador Julio Cesar Gomes dos Santos, reuniram-se os Vereadores, Vereadoras, Secretários da Prefeitura Municipal, algumas pessoas da Comunidade, Associações, Sindicatos, Universidades e Organizações Não-Governamentais, para Audiência Pública referente a discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária (Projeto de Lei nº 011/2012), bem como demonstração e avaliação pelo Poder Executivo, do cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre. Após a execução de um trecho Bíblico o efetuou-se a leitura do Edital de Convocação. Na sequência o Sr. Presidente explicou que a discussão e votação da Lei de Diretrizes Orçamentária é uma atribuição privativa da Câmara de Vereadores, na sua função normativa e fiscalizadora da realização da receita e da despesa do Município. O Projeto da LDO busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual (LOA), estabelecidas no PPA, de acordo com o parágrafo 2º do Art. 165 da Constituição Federal, a LDO: Compreenderá as Metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; Orientará a elaboração da LOA; Compatibilidade e indicadores de equilíbrio fiscal. O Sr. Presidente explicou que os Vereadores poderão fazer Emendas, desde que observem as disposições legais, não esquecendo que o projeto de ser devolvido até o dia 30/06 para sanção do Poder Executivo. Desta forma, antes da discussão e votação em Plenário da Lei Orçamentária, nos termos da legislação estamos realizando esta Audiência Pública. Nesse momento o Sr. Carlos – Representante da Secretaria Municipal de Finanças- Setor de Planejamento, explicou que encaminharam um projeto baseado no exercício de 2012, não incluíram novas Metas. No exercício que vem terão nova gestão. Disse ainda que a receita esta no teto máximo. A seguir o Vereador Kiko falou sobre a previsão da recomposição salarial dos servidores, e disse que tiveram o concurso e no Orçamento não previa o pagamento desses 700 (setecentos) concursados. Não conseguiu viabilizar isso nem da LDO anterior, nem na atual. Falou sobre o ICMS Ecológico, essa receita veio para o Município e existem normas de como esse dinheiro pode ser gasto. A Prefeitura atual não fez reforma administrativa. Outra receita é o FUREBOM, os Bombeiros estiveram aqui reclamando que não receberam esse repasse, há reclamações de que esses recursos não chegaram até hoje. Outra questão é sobre as despesas do Gabinete do Prefeito que tem uma previsão de quase dois milhões e disse que há discrepância em relação a outras receitas que são de cinco e dez mil reais. Se o Orçamento não prevê como serão chamados os 700 (setecentos) concursados. Lembrando que os contratos vencem em 30 de junho. Há alguns percalços que precisam ser esclarecidos. No uso da palavra o Sr. Carlos respondeu que algumas perguntas não poderia responder na totalidade quanto aos recursos de dotação orçamentária tem todos os



esclarecimentos. Como projetista sempre colocam o recurso para reajuste. Então o Vereador Kiko disse que outros anos houve previsão mas não repasse, são sabedores que o Prefeito pode gastar 60% do Orçamento como quiser. O ICMS entra na alíquota de receita, no exercício de 2011 tiveram o calote do Estado. Tem colocado o valor ao FUREBOM, não sabe o porquê não está sendo executado. O Sr. Presidente explicou que há seis meses o Estado não tem repassado o recurso da saúde. O Carlos explicou que não alteraram nenhuma receita ou despesa de 2012 para 2013. O Vereador Sávio perguntou se o Orçamento de 2011, está sendo executado em 2012 e para 2013, não houve nenhuma alteração. O Carlos explicou que a Meta já existe, mas incluíram ações, as Metas são as mesmas de 2012 para 2013. O Vereador Sávio disse que as mesmas Metas de 2012, serão as mesmas de 2013, o aumento de 16% dos servidores em novembro e dezembro ficará para a próxima gestão. O Sr. Carlos explicou que há receita prevista para o reajuste, e trabalham com a receita real e virtual e não tem como colocar coisas novas porque não existe receita, mas há previsão de receita para pagar o reajuste dos servidores. O Vereador Sávio disse que já votaram o aumento e se não surgir mais receita como vai pagar esse aumento. Se chamar os concursados hoje, esse orçamento que está sendo executado tem caixa para cumprir essa despesa. O impacto da nova folha será compensado com a saída dos contratados é a mesma folha que irão pagar aos concursados que ficarão no lugar dos contratados. No uso da palavra a Vereadora Antônia disse que após muita luta conseguiram esse reajuste de 16% para todos os servidores municipais. Falou ainda que o Governo do Estado não está repassando os incentivos há seis meses e nunca deixaram de atender a UTI e as cirurgias de alta complexidade e como trabalhar a nossa previsão orçamentária sem esse repasse que são reais. Vejam as dificuldades que o gestor está tendo para manter a saúde da população. Nunca viu o Pronto Socorro fechar em caso de urgências para os Municípios vizinhos. A valorização do servidor está incluído no Orçamento. Está cobrando do Governo e independente da falta do repasse vê a humanização no atendimento da saúde. A seguir o Vereador Sávio disse concordar que a despesa com a saúde é grande em Barra do Garças, mas não concorda do Orçamento de 2013, ser o mesmo de 2012. Para sua pessoa é um ato impensável dar 16% de aumento sem prever as receitas para cobrir essa despesa. Nesse momento o Carlos explicou que tem as reservas de contingência para prever esse aumento. A Dra. Gisele explicou que conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal tem caixa para o reajuste aprovado, houve planejamento e cada Secretaria tem a previsão de despesas. A seguir o Sr. Jonir – Secretário de Administração explicou sobre a estimativa da receita e a fixação da despesa, essa é a compensação Orçamentária. Concluindo deu exemplos da execução do Orçamento de 2013. O Sr. Jonir explicou que todas as Metas foram cumpridas e a área de saúde melhorou 100% e foi compensado com todos os Orçamentos passados. Está sobrando verbas orçamentárias em todas as Secretarias. Estão sobrando recursos pré-orçamentários. Algumas Secretarias não funcionavam e foram fechadas compensando o funcionamento das demais. A seguir o Sr. Irineu Pirani, Vice-Prefeito explicou que



esse Orçamento foi muito bem planejado. Disse reforçar as palavras da Vereadora Antônia, o Estado deve à Prefeitura dois milhões e oitocentos mil reais do repasse da saúde. Explicou ainda que a Dra. Laura Beatriz – Secretária de Saúde esta fazendo um excelente trabalho na saúde. Disse ainda que não se gasta a bel prazer, o gasto do Prefeito é modesto ele sabe da Lei de Responsabilidade Fiscal e o Vereador Kiko pode verificar que não houve extravagância nos gastos do Prefeito. A seguir o Sr. Carlos disse que podem incluir mais ações, após sugestões, podem incluir novas Metas, por exemplo a pedido de um Promotor sobre alguma ação social. As ações novas que querem colocar o projeto Capacitar, Segundo tempo, a Secretária pediu que colocassem essas ações para o exercício seguinte. Existem ações que precisam contemplar. O Vereador Sávio falou da ação da água do Distrito de Indianópolis e da feira coberta. Em seguida o Sr. Carlos fez uma explanação sobre o relatório do cumprimento de Metas do 1º quadrimestre. Disse que a despesa para folha esta dentro dos 54% que é o limite. Explicou que esses relatórios são emitidos através de um sistema do Tribunal de Contas. Explanou sobre a Dívida Consolidada; Dívida a longo prazo; Demonstrativo de garantia de valores; Receita Corrente Líquida. O Vereador Kiko disse que precisam ter acesso ao relatório do 1º quadrimestre, não sabe o porquê não chegou nesta Casa de Leis, de certa forma costuma ler, verificar como são gastos o dinheiro público e pede que na próxima discussão, apresentação tenham cópia dos relatórios em mãos. Registrou que a CDL e as nossas instituições tem se omitido da discussão do Orçamento e da apresentação do relatório do 1º quadrimestre. As vezes escuta algumas frases que negam o ato político. Há omissão, por isso que as vezes muitas coisas correm soltas. Houve convite mas as pessoas não se fizeram presentes na Audiência Pública. Concluindo o Sr. Carlos explicou que o sistema solta quatro folhas, o resumo e o tempo é curto, mas o relatório será publicado em jornal e não tem como fornecer isso antes da Audiência Pública a não ser que seja no mês subsequente. Em seguida o Sr. Presidente constatando que não havia mais nenhum orador inscrito, declarou encerrada a Audiência Pública e registra-se que a assinatura dos participantes foram recolhidas em livro próprio de presença da Câmara Municipal.